****

**Publicado no D.O.C. São Paulo, 214, Ano 62 Quarta-feira.**

**15 de Novembro de 2017**

**Gabinete do Prefeito, pág. 04**

**PORTARIA 340, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017**

JOÃO DORIA, Prefeito do Município de São Paulo, usando

das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Designar a senhora JULIANA MARTINS ROCHA, RF

805.866.1, para, no período de 18 a 30 de novembro de 2017,

substituir o senhor ARLINTON NAKAZAWA, RF 770.244.2,

no cargo de Chefe de Gabinete, símbolo CHG, da Chefia de

Gabinete, da Secretaria Municipal da Fazenda, à vista de seu

impedimento legal, por férias.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 14 de

novembro de 2017, 464º da fundação de São Paulo.

JOÃO DORIA, Prefeito

**Secretarias, pág. 05**

**TRABALHO E EMPREENDEDORISMO**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

**PORTARIA 44/ FUNDAÇÃO PAULISTANA/2017**

**Disciplina a opção de jornada e atribuição de turnos,**

**aulas, estágios, prática profissional e Projeto Interdisciplinar**

**em Saúde aos Professores da Escola Técnica de**

**Saúde Pública Professor Makiguti para o 1º semestre**

**letivo do ano de 2018.**

SERGIO LUIZ DE MORAES PINTO, Diretor Geral da Fundação

Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, no uso das

atribuições legais que lhe foram atribuídas pela Lei nº 16.115,

de 9 de janeiro de 2015,

CONSIDERANDO as diretrizes e os princípios estabelecidos

nas Leis n° 11.229/92, 11.434/93, 12.396/97 e 14.660/07;

CONSIDERANDO as diretrizes e bases da educação nacional

estabelecidas pela Lei Federal n° 9.394/96; CONSIDERANDO

a Lei 16.115/2015, que reorganiza a Fundação Paulistana de

Educação, Tecnologia e Cultura;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de se estabelecer,

na Escola Técnica de Saúde Pública Professor Makiguti, critérios

uniformes de classificação dos docentes para escolha/atribuição

de turnos, de classes/aulas, de estágios e prática profissional;

CONSIDERANDO, por fim, o dever e o compromisso da Fundação

Paulistana de Educação Tecnologia e Cultura de assegurar

o total provimento da regência de classes na Escola Técnica

de Saúde Pública Professor Makiguti, inclusive pela otimização

de recursos humanos docentes; RESOLVE:

Art. 1º O processo de escolha e atribuição de turnos, aulas,

estágios, prática profissional e Projeto Interdisciplinar em Saúde

para o 1º semestre letivo do ano de 2018, aos professores

ocupantes de emprego público e aos professores contratados

por tempo determinado da Escola Técnica de Saúde Pública

Professor Makiguti será realizado de acordo com as disposições

desta Portaria.

Art. 2º Conforme a jornada de trabalho, aos professores

empregados públicos deverão, no mínimo, ser atribuídas:

I – Jornada Básica – JB: 16 (dezesseis) horas-aula semanais,

mais 4 (quatro) horas atividade;

II – Jornada Ampliada – JA: 24 (vinte e quatro) horas-aula

semanais, mais 6 (seis) horas atividade;

III – Jornada Integral – JI: 32 (trinta e duas) horas-aula

semanais, mais 8 (oito) horas atividades.

Parágrafo único. A hora-aula/atividade corresponde a 50

(cinquenta) minutos e não poderá ser subdividida.

Art.3º A atribuição de Supervisão de Estágio e Prática Profissional,

será atrelada a obrigatoriedade de atribuição mínima

de regência em sala conforme escolha de jornada, como segue:

I – Jornada Ampliada – JA: 12 (doze) horas-aula semanais;

II – Jornada Integral – JI: 20 (vinte) horas-aula semanais.

§ 1º Fica vedada a atribuição exclusiva de supervisão de

estagio, projeto interdisciplinar em saúde e prática profissional.

§ 2º A escolha de jornada deverá ser realizada até dia

30/11/2017, para os professores empregados públicos.

Parágrafo único. O professor que optar pela atribuição de

estágio, deverá cumprir no mínimo uma Jornada ampliada e

lecionar para todas as turmas supervisionadas.

Art. 4º A escolha e a atribuição de turnos, aulas, Supervisão

de Estágio, Projeto Interdisciplinar em Saúde e Prática Profissional

obedecerão ao critério de antiguidade, observada a ordem

de classificação obtida na contagem de tempo de efetivo exercício

de serviço na Escola Técnica de Saúde Pública Professor

Makiguti, em consonância com o art. 18 da Lei nº 12.396, de

02 de julho de 1997.

§ 1º Para fins do disposto no “caput” deste artigo, serão

atribuídos 02 (dois) pontos por mês de efetivo exercício na

Escola Técnica de Saúde Pública Professor Makiguti, e mais 01

(um) ponto por mês de efetivo exercício no curso pelo qual está

optando para a atribuição, considerando-se as seguintes regras:

I – a contagem de tempo abrangerá o período compreendido

entre a data de início de exercício e o dia 30 de novembro

de 2017;

II – a apuração será feita em dias, que serão convertidos

em meses, de 30 (trinta) dias cada um;

III – corresponde a um mês cada 30 (trinta) dias ou fração

igual ou superior a 15 (quinze) dias, após conversão do tempo

total apurado e já efetuados os decréscimos.

§ 2º Considera-se tempo de efetivo exercício o tempo de

exercício real do emprego público, considerados para esse

efeito:

I – licenças: nojo, gala, por acidente de trabalho, gestante,

licença maternidade especial, licença médica para tratamento

da própria saúde, adoção, paternidade;

II – afastamentos: por júri e por serviços obrigatórios por

lei;

III – ausências por doação de sangue, limitadas a um dia

em cada 12 (doze) meses de trabalho;

IV – férias, recessos escolares.

§ 3º É vedada a contagem de períodos correspondentes a

licenças, afastamentos e ausências não discriminadas no § 2º

deste artigo.

§ 4º Será também considerado como tempo de efetivo

exercício na Escola Técnica de Saúde Pública Professor Makiguti,

para efeitos de classificação, o tempo de exercício sob o

regime de contrato por tempo determinado.

Art. 5º Na hipótese de empate, serão utilizados, pela ordem,

os seguintes critérios para desempate:

I – data de início de exercício mais antiga na unidade escolar;

II – maior idade.

Art. 6º A atribuição de aulas de Projeto Interdisciplinar em Saúde, Supervisão de Estágio e Prática Profissional seguirá os critérios a seguir:

I – Núcleo básico: a escolha e atribuição das aulas de

Projeto Interdisciplinar em Saúde serão feitas por turmas, seguindo

a classificação disposta no artigo 4º, e a cada docente só poderá ser atribuída uma turma, com exceção do disposto no § 4º deste artigo;

II – Núcleo técnico: um docente de cada módulo de cada

curso desempenhará a função de supervisor dos estágios e/ou

prática profissional relativos àquele módulo, sendo a ele atribuídos,

em conjunto, todos os estágios ou prática profissional, e

a escolha pela atribuição nestes moldes será feita seguindo a

classificação disposta no artigo 4º.

§ 1º Cada turma de Projeto Interdisciplinar em Saúde,

estágio ou prática profissional supervisionada pelo docente

corresponde a 4 (quatro) horas-aula de trabalho semanal.

§ 2º Os docentes que supervisionarem estágio, prática profissional

ou Projeto Interdisciplinar em Saúde deverão cumprir

plantão semanal na Escola, para cada turma atribuída, em dia

e horário fixos acordados no momento da atribuição de aula,

para atender o aluno fora do período de aula deste em horário

precedente ou subsequente ao horário de aula de cada turma.

§ 3º Uma vez que todos os docentes tenham participado

do processo de escolha e atribuição, caso ainda hajam turmas

de Projeto Interdisciplinar em Saúde não atribuídas a nenhum docente, a Supervisão Geral iniciará novo processo específico somente para oferecer estas turmas restantes, seguindo a classificação disposta no artigo 4º.

Art 7º A atribuição de aula dos professores contratados por

tempo determinado será realizada no mês de janeiro em cronograma

a ser divulgado pela Supervisão Escolar no 22/01/18, observados

os mesmos critérios, bases e condições estabelecidas

para o professor ocupante de emprego público.

Parágrafo único. Na hipótese excepcional de professor

contratado por tempo determinado não completar a Jornada

Básica – JB na atribuição de turnos, aulas e estágios/práticas

profissional, por circunstâncias alheias à sua vontade, deverá

cumprir o restante da jornada mínima em dias e horários fixos na unidade escolar, disponível para cumprir tarefas pertinentes à sua função.

Art. 8º O processo de escolha e atribuição de turnos, aulas e estágios/ prática profissional será feito em 2 (dois) etapas, na seguinte conformidade:

I – 1ª etapa: escolha e atribuição aos professores ocupantes de empregos públicos;

II– 2ª etapa: escolha e atribuição aos professores contratados

por tempo determinado.

§ 1º As aulas, estágios e prática profissional serão atribuídos

aos classificados de acordo com o número de horas-aula correspondente à respectiva jornada de trabalho, a ser definida no momento da escolha.

§ 2º Caso o professor empregado público, que no ato da

atribuição não completar a sua opção de jornada, por circunstâncias

alheias à sua vontade, será garantido no mínimo uma

Jornada Básica, sendo que deverá cumprir o restante da jornada

mínima em dias e horários fixos na unidade escolar, disponível

para cumprir tarefas pertinentes à sua função.

§ 3º No decorrer do semestre se houver disponibilidade de

aula a ser atribuída o professor empregado público que não completou sua jornada básica terá preferência na escolha desde que tenha habilitação

§ 4º Na hipótese de, após a atribuição de aulas aos professores

contratados por tempo determinado, ainda remanescerem

aulas não atribuídas a nenhum professor, estas deverão ser

novamente ofertadas para escolha e atribuição de Jornada

Excedente (JEX) aos professores ocupantes de emprego público do núcleo pertinente, seguindo a ordem de classificação disciplinada nesta Portaria.

§ 5º O processo de escolha e atribuição de turnos, aulas

e estágios/prática profissional aos professores contratados por

tempo determinado durante o 2º Semestre de 2018 será desenvolvido conforme as normas desta Portaria, no que couber.

Art. 9º Para efeito de processamento da escolha e atribuição

de turnos, aulas e estágios/prática profissional, nas

etapas previstas no art. 7º desta Portaria, serão publicadas na

Escola duas listas de classificação, uma prévia e outra definitiva,

contendo a pontuação obtida pelos professores em ordem decrescente.

Art. 10º Da classificação prévia, divulgada no dia 04 de dezembro

de 2017, caberá pedido de revisão dirigido à Supervisão

Geral da Escola Técnica de Saúde Pública Professor Makiguti,

com as justificativas e comprovação documental dos fatos alegados,

até as 12 horas do dia 06 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Decididos todos os recursos pela Supervisão

Geral, será publicada na Escola Técnica de Saúde Pública

Professor Makiguti a classificação definitiva no dia 08 de dezembro de 2017.

Art. 11. A Supervisão Geral da Escola Técnica de Saúde

Pública Professor Makiguti realizará a atribuição de turnos,

aulas/atividade, projeto interdisciplinar em saúde, supervisão de

estágio e prática profissional, no dia 13 de dezembro de 2017.

Art. 12. A Supervisão Geral da Escola Técnica de Saúde

Pública Professor Makiguti divulgará o cronograma do processo

de escolha e atribuição de turnos, aula/atividade, projeto interdisciplinar

em saúde, estágios/prática profissional, contendo o

período de contagem de tempo, as datas de divulgação da lista

de classificação prévia, dos resultados dos recursos e da lista de

classificação definitiva, bem como do período de convocação

para a escolha, que se dará no dia 04 de dezembro de 2017.

Parágrafo único: A hora-atividade será definida no ato da atribuição de aula, com escolha de dia da semana e horário fixo, não podendo ser alterada no decorrer do semestre, excepcionalmente quando justificado o interesse público de garantir o cumprimento dos dias letivos aos alunos.

Art. 13. Caso o processo de atribuição de aulas se encerre

com a existência de aulas não preenchidas, os professores de

outros cursos que tenham habilitação Profissional específica

e carga horária disponível poderão optar pela atribuição das

aulas restantes, independentemente da opção de curso.

Parágrafo único. Os critérios de classificação para a atribuição

referida no caput deste artigo são aqueles previstos no artigo 4º.

Art. 14. É permitido aos professores que tenham habilitação profissional específica exigida solicitar transferência para outros cursos, até o dia 30/11/2017.

§ 1º A solicitação referida no caput deste artigo será analisada pelo Coordenador Pedagógico, que a deferirá ou não fundamentadamente, considerando a pertinência da habilitação profissional do solicitante e as necessidades funcionais da Escola Técnica de Saúde Pública Professor Makiguti.

§ 2º Do indeferimento da solicitação referida no caput deste

artigo caberá recurso ao Supervisor Geral da unidade escolar.

§ 3º Caso um professor transferido para outro curso, venha

a ser, posteriormente, transferido para o curso no qual anteriormente

lecionava, o tempo passado neste curso será resgatado e computado para fins de escolha e atribuição de aulas de que trata o artigo 4º.

Art. 15. Para efeitos de contagem de tempo de efetivo

exercício e classificação em futuros processos de atribuição

de turnos, aulas, estágios e prática profissional, os docentes

que tiverem aulas atribuídas nos termos do artigo 11 terão o

respectivo tempo de efetivo exercício contado como sendo no

curso em que cumpram a maior parte de sua jornada.

Art. 16. Para a atribuição de turnos, aulas, estágios e

prática profissional aos professores que iniciarem o exercício

após a conclusão do processo de escolha de que trata esta

Portaria, será considerada a classificação obtida no concurso de ingresso, observadas as regras de desempate do artigo 5º quando for o caso.

Art. 17. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor Geral

da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura.

Art. 18. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Secretarias, pág. 11**

**9ª Reunião Ordinária – CPM/CV**

Local: Subprefeitura da Casa Verde/Limão/Cachoeirinha

- Av. Ordem e Progresso, 1001

Início: 19h30

Término: 21h10

Coordenadora: Marisa Beltrame

Secretária: Cristina Geremias de Oliveira

Telefone: PABX 28133250 R. 3320

Itens de PAUTA:

- Definição de devolutiva da reivindicação dos moradores

do bairro Imirim, como: data e horário da reunião com a Cosan,

sobre a feira da Lasar Segal;

Registro dos Encaminhamentos:

- a Coordenadora passou para o quarto ítem da Pauta

sobre a reunião com a Cosan que a Prefeitura Regional ficou de

marcar. Sr. Vladimir disse que ainda não tinha esta data e ficou

de tratar com o Prefeito Regional de verificar a possibilidade de

agenda diretamente com a própria Secretaria.

**Servidores, pág. 37**

**TRABALHO E EMPREENDEDORISMO**

**GABINETE DA SECRETÁRIA**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

**DO PROCESSO Nº 2017-0.143.428-4**

**INTERESSADO: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO,**

**TECNOLOGIA E CULTURA**

ASSUNTO: Inquérito Administrativo

I – No uso das atribuições que me foram conferidas por

lei, com fulcro no artigo 12, inciso IV, do Estatuto Social da

Fundação, instituído pelo Decreto Municipal n.º 56.507/2015

e com fundamento subsidiário no art. 201 da Lei Municipal n°

8.989/79, alterada pela Lei 13.519/03 e no Decreto 43.233/03,

e demais elementos do presente, em especial o relatório conclusivo

exarado pela Comissão de Averiguação Preliminar, de

fls 142 à 148 do presente, à vista das conclusões alcançadas

no presente, DETERMINO a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO

ADMINISTRATIVO em face do servidor Abrahão Baldino, RG

n.º 34.450.809-2, por infração prevista no §5º do artigo 2º da

Portaria Fundação Paulistana 05/2016, publicada no Diário

Oficial da Cidade no dia 27 de fevereiro de 2016, página 03,

combinado com o disposto no artigo 482, a), da Consolidação

das Leis do Trabalho, com aplicação subsidiária do artigo 58 e

seguintes da Lei 8989/1979;

II– Fica instituída Comissão Processante para condução do

inquérito, composta dos seguintes servidores:

**Editais, pág. 228**

**TRABALHO E EMPREENDEDORISMO**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

**DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 2017 – 0.165.374-1**

**INTERESSADO: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO,**

**TECNOLOGIA E CULTURA**

ASSUNTO: Edital de chamamento Bolsistas, Coordenadores,

Educadores e Assistentes Administrativos para PRONATEC. Contratação

de auxiliar administrativo para atuar do PRONATEC.

Amparo legal. Concessão de bolsa.

1. À vista dos elementos contidos no presente P.A., em especial

do parecer da Assessoria Técnico-Jurídica de fls. Retro, o qual

adoto como razão de decidir e no uso das atribuições previstas

no art. 14 da Lei Municipal 16.115/2015, e com fundamento

na Lei 12.513/2011, no Termo de Adesão À Bolsa-Formação

do Pronatec, no Edital 01/Fundação Paulistana/2017, cujo

resultado final foi homologado através de despacho publicado

no DOC 27 de junho de 2017, página 40 e, por fim, no art. 3º,

§3º do Estatuto da Fundação Paulistana, instituído pelo Decreto

56.507/2015, AUTORIZO a concessão de bolsa a JULIANA LIMA,

portador do RG n.º 34.785.009-1 SSP/SP, para atuar como auxiliar

administrativo no âmbito dos cursos do PRONATEC, que

serão ministrados no período estimado de novembro de 2017

à abril de 2018.

2. Por consequência, fica autorizada a emissão das competentes

notas de empenho, liquidação e pagamento, no valor total de

R$ 14.000,00 (quatorze mil reais), sendo R$ 3.500,00 (três mil

e quinhentos) para o presente exercício onerando a dotação

80.10.12.363.30.19.2.881.3.3.90.36.00.02 do presente. Para o

exercício seguinte, deverá ser onerada dotação própria

3. O valor da hora-aula será de R$ 35,00 (trinta e cinco reais).

**Do Processo Administrativo 2017-0.163.655-3**

INTERESSADO: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO,

TECNOLOGIA E CULTURA

ASSUNTO: Edital de chamamento Bolsistas, Coordenadores,

Educadores e Assistentes Administrativos para PRONATEC.

Contratação de coordenador para os cursos ministrados pela

Fundação no âmbito do PRONATEC. Amparo legal. Concessão

de bolsa.

1. À vista dos elementos contidos no presente P.A., em especial

do parecer da Assessoria Técnico-Jurídica de fls. Retro, o qual

adoto como razão de decidir e no uso das atribuições previstas

no art. 14 da Lei Municipal 16.115/2015, e com fundamento

na Lei 12.513/2011, no Termo de Adesão À Bolsa-Formação

do Pronatec, no Edital 02/Fundação Paulistana/2017, cujo

resultado final foi homologado através de despacho publicado

no DOC 25 de outubro de 2017, página 61 e, por fim, no art.

3º, §3º do Estatuto da Fundação Paulistana, instituído pelo

Decreto 56.507/2015, AUTORIZO a concessão de bolsa a SELMA

GOMES DE OLIVEIRA, portadora do RG n.º 9.932.542-1 SSP-SP,

para atuar como coordenadora para os cursos ministrados pela

Fundação no âmbito do PRONATEC, que terão necessidade de

coordenadoria no período estimado de novembro de 2017 à

abril de 2018,

2. Por consequência, fica autorizada a emissão das competentes

notas de empenho, liquidação e pagamento, no valor total de

R$ 20.000,00 (vinte mil reais), sendo R$ 5.000,00 (cinco mil

reais) para o presente exercício onerando a dotação 80.10.12

.363.30.19.2.881.3.3.90.36.00.02 do presente. Para o exercício

seguinte, deverá ser onerada dotação própria

3. O valor da hora-aula será de R$ 50,00 (cinquenta reais).

**Do Processo Administrativo 2017 - 0.163.669 - 3**

INTERESSADO: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO,

TECNOLOGIA E CULTURA

ASSUNTO: Edital de chamamento Bolsistas, Coordenadores,

Educadores e Assistentes Administrativos para PRONATEC. Contratação

de assistente administrativo para atuar do PRONATEC.

Amparo legal. Concessão de bolsa.

1. À vista dos elementos contidos no presente P.A., em especial

do parecer da Assessoria Técnico-Jurídica de fls. Retro, o qual

adoto como razão de decidir e no uso das atribuições previstas

no art. 14 da Lei Municipal 16.115/2015, e com fundamento

na Lei 12.513/2011, no Termo de Adesão À Bolsa-Formação

do Pronatec, no Edital 01/Fundação Paulistana/2017, cujo

resultado final foi homologado através de despacho publicado

no DOC 27 de junho de 2017, página 40 e, por fim, no art. 3º,

§3º do Estatuto da Fundação Paulistana, instituído pelo Decreto

56.507/2015, AUTORIZO a concessão de bolsa a CAMILA FERNANDES

ANAYA BOTELHO, portador do RG n.º 29.206.835-9

SSP/SP, para atuar como auxiliar administrativo no âmbito dos

cursos do PRONATEC, que serão ministrados no período estimado

de novembro de 2017 à abril de 2018.

2. Por consequência, fica autorizada a emissão das competentes

notas de empenho, liquidação e pagamento, no valor total de

R$ 14.000,00 (quatorze mil reais), sendo R$ 3.500,00 (três mil

e quinhentos) para o presente exercício onerando a dotação

80.10.12.363.30.19.2.881.3.3.90.36.00.02 do presente. Para o

exercício seguinte, deverá ser onerada dotação própria

3. O valor da hora-aula será de R$ 35,00 (trinta e cinco reais).

**Do Processo Administrativo 2017 – 0.161.320-0**

INTERESSADO: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO,

TECNOLOGIA E CULTURA

ASSUNTO: Edital de chamamento Bolsistas, Coordenadores, Educadores e Assistentes Administrativos para PRONATEC. Contratação de Professor do Curso de Auxiliar de Biblioteca do PRONATEC. Amparo legal. Concessão de bolsa. **1.** À vista dos elementos contidos no presente P.A., em especial do parecer da Assessoria Técnico-Jurídica de fls. Retro, o qual adoto como razão de decidir e no uso das atribuições previstas no art. 14 da Lei Municipal 16.115/2015, e com fundamento na Lei 12.513/2011, no Termo de Adesão À Bolsa-Formação do Pronatec, no Edital 01/Fundação Paulistana/2017, cujo resultado final foi homologado através de despacho publicado no DOC 27 de junho de 2017, página 40 e, por fim, no art. 3º, §3º do Estatuto da Fundação Paulistana, instituído pelo Decreto 56.507/2015, AUTORIZO a concessão de bolsa a MARIA DAS VIRGENS PEREIRA, portador do RG n.º 24.473.871-3 – SSP/SP, para atuar como educador curso de auxiliar de biblioteca, que será ministrado no período estimado de novembro de 2017 à abril de 2018. **2.** Por consequência, fica autorizada a emissão das competentes notas de empenho, liquidação e pagamento, no valor total de R$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais), sendo R$ 1760,00 (mil setecentos e sessenta reais) para o presente exercício onerando a dotação 80.10.12.363.30.19.2.881.3.3.90.36.00.02 do presente. Para o exercício seguinte, deverá ser onerada dotação própria

3. O valor da hora-aula será de R$ 40,00 (quarenta reais).

**Do Processo Administrativo 2017-0.111.806-4**

INTERESSADO: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO,

TECNOLOGIA E CULTURA

ASSUNTO: Edital de chamamento Bolsistas, Coordenadores,

Educadores e Assistentes Administrativos para PRONATEC.

Contratação de educador para ministrar o curso de cuidador

de idosos no âmbito do PRONATEC. Amparo legal. Concessão de bolsa.

1. À vista dos elementos contidos no presente P.A., em especial

do parecer da Assessoria Técnico-Jurídica de fls. Retro, o qual

adoto como razão de decidir e no uso das atribuições previstas

no art. 14 da Lei Municipal 16.115/2015, e com fundamento

na Lei 12.513/2011, no Termo de Adesão À Bolsa-Formação do Pronatec, no Edital 01/Fundação Paulistana/2017, cujo resultado final foi homologado através de despacho publicado no DOC 27 de junho de 2017, página 40 e, por fim, no art. 3º, §3º do Estatuto da Fundação Paulistana, instituído pelo Decreto 56.507/2015, AUTORIZO a concessão de bolsa a EDIO PEREIRA DO NASCIMENTO, portador do RG n.º 22.471.939-7/SSP-SP, para atuar como educador no curso de cuidador de idosos no âmbito do PRONATEC., que será ministrado no período estimado de com cursos no período estimado de novembro de 2017 à abril de 2018. **2.** Por consequência, fica autorizada a emissão das competentes notas de empenho, liquidação e pagamento, no valor total de R$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais), sendo R$ 1920,00 (mil novecentos e vinte reais) para o presente exercício onerando a dotação 80.10.12.363.30.19.2. 881.3.3.90.36.00.02 do presente. Para o exercício seguinte, deverá ser onerada dotação própria

3. O valor da hora-aula será de R$ 40,00 (quarenta reais).

**Do Processo 2017-0.111.830-7**

INTERESSADO: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO,

TECNOLOGIA E CULTURA

ASSUNTO: Edital de chamamento Bolsistas, Coordenadores,

Educadores e Assistentes Administrativos para PRONATEC.

Contratação de educador do Módulo Comum B para os cursos

ministrados pela Fundação no âmbito do PRONATEC. Amparo

legal. Concessão de bolsa.

1. À vista dos elementos contidos no presente P.A., em especial

do parecer da Assessoria Técnico-Jurídica de fls. Retro, o qual

adoto como razão de decidir e no uso das atribuições previstas

no art. 14 da Lei Municipal 16.115/2015, e com fundamento

na Lei 12.513/2011, no Termo de Adesão À Bolsa-Formação

do Pronatec, no Edital 01/Fundação Paulistana/2017, cujo

resultado final foi homologado através de despacho publicado

no DOC 27 de junho de 2017, página 40 e, por fim, no art. 3º,

§3º do Estatuto da Fundação Paulistana, instituído pelo Decreto

56.507/2015, AUTORIZO a concessão de bolsa a FÁBIO CESAR

DOS SANTOS, portador do RG n.º 25.067.647-3 SSP-SP, para

atuar como educador do Módulo Comum B para os cursos

ministrados pela Fundação no âmbito do PRONATEC, que terão

necessidade de coordenadoria no período estimado de novembro

de 2017 à abril de 2018.

2. Por consequência, fica autorizada a emissão das competentes

notas de empenho, liquidação e pagamento, no valor total

de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), sendo R$ 200,00

(duzentos reais) para o presente exercício onerando a dotação

80.10.12.363.30.19.2.881.3.3.90.36.00.02 do presente. Para o

exercício seguinte, deverá ser onerada dotação própria

3. O valor da hora-aula será de R$ 40,00 (quarenta reais).